



MINISTÉRIO DO TURISMO
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Ordenamento, Inteligência e Desenvolvimento do Turismo
Coordenação-Geral de Definição de Áreas Estratégicas para o
Desenvolvimento do Turismo



**35ª REUNIÃO DA REDE DE INTERLOCUTORES ESTADUAIS DO PROGRAMA DE
REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO**

RELATÓRIO

Ministério do Turismo
Brasília-DF, maio de 2025

RELATÓRIO – OFICINA COM INTERLOCUTORES ESTADUAIS DO PRT

Nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2025, realizou-se em Brasília/DF, no auditório do Ministério do Turismo, a 35ª Reunião Nacional dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo – Oficina de Imersão do PRT. Com participação de aproximadamente **39 (trinta e nove)** interlocutores estaduais, o evento foi promovido pelo Departamento de Ordenamento, Inteligência e Desenvolvimento do Turismo, por meio da Coordenação-Geral de Definição de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento do Turismo (CGDTUR).

O encontro teve como principal objetivo promover o alinhamento entre os interlocutores e o Ministério do Turismo, reforçando o papel estratégico desses agentes na articulação das políticas públicas de turismo em níveis estadual e regional. Foram debatidos temas prioritários como a revisão das atribuições dos interlocutores, a análise dos eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), o processo de cadastramento no Mapa do Turismo Brasileiro e as possibilidades de novos critérios para a sua composição.

A oficina proporcionou um espaço de diálogo e construção coletiva de soluções para desafios operacionais enfrentados pelos estados e regiões turísticas. Assim, os encaminhamentos apresentados neste relatório, visam subsidiar a atualização normativa e operacional do Programa, assegurando sua efetividade e sustentabilidade.

Aqui destacam-se os principais pontos a serem avaliados pelo Ministério do Turismo, com o objetivo de contribuir para a melhoria contínua das políticas públicas de regionalização do turismo, a partir da escuta ativa e do envolvimento direto dos interlocutores estaduais, agentes fundamentais na implementação e articulação territorial da política turística nacional:

- Atualização das atribuições dos interlocutores estaduais, com foco na viabilidade legal e funcional das demandas do Programa;
- Redefinição e reorganização dos eixos do PRT, priorizando a governança colaborativa e o turismo sustentável;
- Aperfeiçoamento do sistema e processo de cadastramento para o Mapa do Turismo Brasileiro;
- Revisão dos critérios técnicos obrigatórios exigidos para adesão e permanência de municípios e regiões no Mapa do Turismo;
- Fortalecimento da comunicação e dos instrumentos de capacitação entre o MTur, estados, regiões turísticas e municípios.

1. REVISÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS INTERLOCUTORES

- Substituir verbos como 'assegurar' por 'acompanhar' e 'apoiar' (ex: art. 12, 21 e 22).
- Eliminar termos genéricos como 'outras atividades correlatas' e 'realização de estudos e pesquisas'.
- Sugerir a mudança da expressão 'interlocutor', pois remete à comunicação, não à execução.
- Inserir a participação obrigatória em eventos e feiras do setor como atribuição formal.
- Ressaltar que muitos interlocutores são técnicos sem função de direção e com limitações legais.

2. EIXOS DE ATUAÇÃO – PROPOSTAS DE AJUSTES

Turismo Responsável, Acessível e Seguro

O que é:

Eixo que propõe ações voltadas à inclusão de todos os públicos, com foco em acessibilidade universal, segurança dos visitantes e práticas sustentáveis.

Por que incluir:

- Atende às diretrizes da Nova Lei Geral do Turismo.
- Promove a equidade no acesso aos destinos.
- Reforça a imagem do Brasil como destino seguro e consciente.

Exemplos de ações:

- Capacitação em acessibilidade para guias e empreendimento.
- Protocolos de segurança em atrativos turísticos.
- Sinalização inclusiva e trilhas adaptadas.

Monitoramento e Avaliação do PRT

O que é:

Redefinição do eixo de monitoramento com foco exclusivo no acompanhamento das ações do Programa de Regionalização do Turismo.

Por que redefinir:

- Evita dispersão de esforços em indicadores genéricos.
- Permite avaliar o impacto real do PRT nos territórios.

Exemplos de ações:

- Relatórios anuais com base nos planos de trabalho.

- Indicadores de desempenho das IGRs.
- Painel de acompanhamento no SISMAPA.

Apoio ao Associativismo das IGRs e Sensibilização Pública

O que é:

Eixo voltado ao fortalecimento das Instâncias de Governança Regionais (IGRs) e à mobilização da sociedade para o turismo como vetor de desenvolvimento.

Por que incluir:

- As IGRs são fundamentais para a articulação regional.
- A sensibilização amplia o engajamento da comunidade local.

Exemplos de ações:

- Oficinas de planejamento participativo.
- Campanhas educativas sobre turismo regional.
- Apoio técnico e jurídico à formalização das IGRs.

Educação para o Turismo (substitui “certificação”)

O que é:

Transformar o eixo de “certificação” em um eixo de **formação contínua e educativa**, com foco em qualificação e sensibilização.

Por que mudar:

- “Certificação” remete a processos burocráticos.
- A educação é mais ampla, contínua e inclusiva.

Exemplos de ações:

- Trilhas formativas para gestores e empreendedores.
- Cursos online e presenciais com foco regional.
- Materiais didáticos adaptados à realidade local.

Eventos e Experiências Regionais (substitui “promoção”)

O que é:

Substituir o termo “promoção” por um eixo que valorize vivências autênticas e eventos locais, como forma de atrair e fidelizar visitantes.

Por que mudar:

- “Promoção” é genérico e muitas vezes limitado à divulgação.
- “Eventos e experiências” valorizam o protagonismo local.

Exemplos de ações:

- Festivais culturais e gastronômicos regionais.

- Roteiros turísticos baseados em experiências.
- Apoio à criação de produtos turísticos integrados.

Plano de Ação Contínuo e Formalização dos Interlocutores

O que é:

Criação de um eixo que garanta a continuidade das ações e a formalização dos interlocutores no sistema oficial do MTur.

Por que incluir:

- Evita descontinuidade com mudanças de gestão.
- Garante legitimidade e clareza nas atribuições.

Exemplos de ações:

- Cadastro oficial dos interlocutores no SISMAPA.
- Planos de ação com metas e prazos definidos.
- Relatórios de execução e acompanhamento técnico.

3. CRITÉRIOS DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO – PROPOSTAS DE ADEQUAÇÃO

Critério / Proposta	Explicação e Justificativa
Redução da exigência de atas	Facilita a adesão de municípios pequenos com menor estrutura administrativa.
Plano de trabalho padronizado	Incluir plano de trabalho padronizado no SISMAPA. Isso Garante alinhamento entre os entes e facilita o acompanhamento pelo MTur.
Termo de compromisso estadual	Inserir termo de compromisso estadual e comprovação legal do conselho estadual.

Critério / Proposta	Explicação e Justificativa
	Reforça o papel do estado como articulador e apoiador técnico.
Participação em ações regionais	Incluir no Termo de Compromisso a obrigação da participação nas reuniões e ações regionais. Estimula o engajamento contínuo e evita adesões apenas formais.
Comprovação do funcionamento da IGR	Comprovar por atas de composição da IGR e reuniões (presenciais ou online), o seu regular funcionamento. Isso garante que a governança regional esteja ativa e operante.
Vigência de 2 anos	Dá mais estabilidade ao planejamento e reduz a burocracia anual.
Critério CADASTUR mais flexível	Exigir apenas 1 prestador obrigatório, e 1 ou 2 outros facultativos, adaptando à realidade local.
Inclusão do Plano Estadual de Turismo	Alinha as ações municipais e regionais com a estratégia estadual.
SISMAPA	Disponibilizar para atualizações cadastrais pelos interlocutores municipais, regionais e estaduais.

4. CADASTRAMENTO NO SISTEMA – DIFICULDADES E SOLUÇÕES APONTADAS

- Problemas: bugs, interface confusa, alta rotatividade de pessoal, e-mails desatualizados, limitação ainda de filtros para extração de informações.
- Soluções: vídeos tutoriais por aba, chatbot com prazos e dúvidas, envio de mensagens por WhatsApp/SMS, reorganização da aba turismo náutico, e conselho e plano municipais.

5. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS RECOMENDADOS

- Revisão legal e otimização das atribuições dos interlocutores.
- Redefinição dos eixos temáticos com foco em experiências, responsabilidade e inclusão.
- Melhoria das ferramentas digitais de cadastramento e comunicação.
- Aperfeiçoamento dos critérios de adesão ao Mapa do Turismo, alinhado à realidade municipal.
- Disponibilidade do histórico dos documentos antigos de cada estado e município para que os novos usuários possam acessar o acervo disponibilizado pelos gestores e interlocutores anteriores.
- Inclusão obrigatória do Plano Estadual de Turismo como item obrigatório para o SISMAPA.
- Relatórios anuais dos municípios e estados com base nos planos de trabalho apresentados no SISMAPA.
- Necessidade de um Turismólogo ou especialista na área de turismo na equipe do estado e município.
- Observar o detalhamento apresentado no quadro de atribuições do interlocutor estadual (criado durante o evento) para o fiel cumprimento das necessidades.